

por tempo indeterminado, em período experimental, por um quinquénio, como Professor Auxiliar, posicionado no índice 195, escalão 1 do Estatuto Remuneratório do Pessoal Docente Universitário, com efeitos a partir de 01/09/2012, inclusive, nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

(Não carece de fiscalização prévia do T. C.)

07-10-2013. — A Administradora, *Dr.ª Cristina Maria Alves Moreira*.  
207348397

## UNIVERSIDADE DE ÉVORA

### Despacho n.º 14247/2013

#### Conclusão de período experimental/estágio — contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Por despacho do vice-reitor, prof. Doutor Manuel d'Orey Cancela d'Abreu, de 11 de outubro de 2013, ao abrigo da competência delegada pelo Despacho n.º 9919/2010 (2.ª série), de 11 junho do reitor da Universidade de Évora, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, foram homologadas as atas de avaliação final do estágio, por ter sido concluído com sucesso; com efeitos a 12 de outubro de 2013:

Pedro Alexandre Faustino Fragoso — Especialista de Informática do grau 1, nível 2, com a classificação de 19 valores;

Carlos Manuel Vieira Campião Limpinho — Especialista de Informática do grau 1, nível 2, com a classificação de 19 valores.

23/10/2013. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.  
207346606

## Serviços Académicos

### Declaração de retificação n.º 1173/2013

Por se ter verificado uma imprecisão na redação do texto referente à constituição do júri das provas de doutoramento em História Contemporânea requeridas por Fernando Luís Gameiro, publicada através do aviso n.º 12966/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 23 de outubro de 2013, procede-se à sua retificação, pelo que onde se lê «O Reitor da Universidade de Évora homologou em 30 de setembro de 2013 o júri de provas de doutoramento em Sociologia, requeridas por Fernando Luís Gameiro [...]» deve ler-se «O reitor da Universidade de Évora homologou em 30 de setembro de 2013 o júri das provas de doutoramento em História Contemporânea requeridas por Fernando Luís Gameiro [...]»

23 de outubro de 2013. — A Diretora dos Serviços Académicos, *Margarida Cabral*.

207346728

## UNIVERSIDADE DE LISBOA

### Faculdade de Medicina

#### Despacho (extrato) n.º 14248/2013

Por despacho de 17/10/2013 do Diretor da FM, por delegação do Reitor da UL e após apreciação favorável do Conselho Científico na reunião de 15 de outubro, foram renovados por mais um ano, os Contratos de Trabalho em Funções Públicas — Termo Certo, dos seguintes Assistentes Convidados a 40 %:

Dr. António Manuel Rodrigues Nunes Diogo, desde 15/12/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente, no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Nuno Filipe Antunes Janeiro, desde 15/12/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente, no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Luís Filipe Diniz Cabral Caldeira, desde 03/12/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente, no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Ricardo Miguel Ribeiro Marques Cunha Fernandes, desde 03/12/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente, no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Daniel Gomes Caldeira, desde 03/12/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente, no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Nestor Alves, desde 03/12/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente, no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr.ª Paulina do Carmo Viana Parente Lopes, desde 15/12/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente, no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr.ª Maria de Fátima Miguel Rodrigues, desde 03/12/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente, no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr.ª Cristina Maria Bento Lopes Camilo Bravo Correia, desde 15/12/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente, no índice 140 da carreira docente universitária.

23 de outubro de 2013. — O Secretário, *Dr. Luís Pereira*.  
207345691

## Instituto Superior de Economia e Gestão

### Despacho (extrato) n.º 14249/2013

Por despacho de 28 de junho de 2013 do Presidente do Instituto Superior de Economia e Gestão da antiga Universidade Técnica de Lisboa, proferido por delegação, foi ao Licenciado Duarte Miguel Meireles Vicente da Silva renovada a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão da Biblioteca, nos termos do art.º 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2013. (Não carece de fiscalização prévia do TC.).

24 de outubro de 2013. — O Presidente, *Prof. Doutor João Luís Correia Duque*.

207348891

## UNIVERSIDADE DA MADEIRA

### Aviso (extrato) n.º 13458/2013

Por Despacho n.º 139/R/2013, do Reitor da Universidade da Madeira, Professor Doutor José Manuel Cunha Leal Molarinho Carmo, datado de 17 de setembro, foi autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, da Doutora Carmen Marisela Fernandes de Freitas, do Centro de Competências das Ciências Sociais, por cinco anos, com efeitos a partir de 30 de julho de 2013, atendendo ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 128.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, como Professora Auxiliar do mapa de pessoal docente da Universidade da Madeira, com o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de setembro de 2013. — A Administradora, *Susana Teles*.  
207349596

### Edital n.º 1015/2013

Faz-se saber que por Despacho Reitoral n.º 161/R/2013 do Reitor da Universidade da Madeira, e pelo prazo de trinta dias úteis, contados do dia imediato àquele em que o presente Edital for publicado no *Diário da República*, se abre concurso documental para preenchimento de uma vaga de Professor Catedrático na Área Disciplinar de Ciências da Educação — Inovação Pedagógica, do Centro de Competência Ciências Sociais, nos termos dos artigos 37.º a 51.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto, e demais legislação em vigor, e de acordo com o Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente da Universidade da Madeira, Regulamento n.º 362/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 77 — 21 de abril de 2010.

O presente concurso será inscrito (registado) na BEP (Bolsa de Emprego Público), no prazo de dois dias úteis, após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de abril.

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção: “Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

I — Requisitos gerais e especiais de admissão

1 — Em conformidade com o disposto no artigo 40.º do ECDU — Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto —, poderão apresentar-se ao concurso:

Os titulares do grau de Doutor há mais de cinco anos igualmente detentores do título de agregado.

II — Perfil para o qual se abre a vaga — A vaga aberta é para o perfil: Médio — ‘M’, de acordo com a sua caracterização consignada nos Regulamentos de Serviço dos Docentes da Universidade da Madeira, e de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente da Universidade da Madeira.

III — Instrução do Requerimento de Admissão — De acordo com ECDU, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto, e em consonância com o Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente da Universidade da Madeira, o requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

*a*) Documento comprovativo do preenchimento das condições fixadas no n.º I do presente Edital;

*b*) Dois exemplares, impressos ou fotocopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com indicação do desempenho científico, incluindo uma lista completa das publicações, com destaque para as mais representativas para o desenvolvimento da área disciplinar do concurso, bem como das atividades pedagógicas desenvolvidas, e práticas relevantes para a Missão da Universidade;

*c*) Declaração relativa às motivações do candidato para o concurso para o qual é aberto;

*d*) Pelo menos dois, até um máximo de cinco exemplares de trabalhos selecionados pelo candidato como mais representativos do seu *curriculum vitae*;

*e*) Relatório referindo as possíveis estratégias de inter-relação entre as vertentes da docência e da investigação;

*f*) Relatório sucinto de um projeto de investigação previamente terminado ou em curso, quando aplicável;

*g*) Um projeto completo de programa para uma unidade curricular no âmbito da área disciplinar para a qual é aberto o concurso, incluindo definição dos objetivos, descrição das estratégias pedagógicas, discriminação e justificação de conteúdos, distribuição dos tempos de contacto, processo de avaliação, e desenvolvimento de competências para investigação, pelos alunos, no seu âmbito;

*h*) Nomes e contactos de dois referentes, um dos quais deverá representar a última ou a atual entidade empregadora ou supervisora, quando aplicável;

*i*) Documento comprovativo da não inibição do exercício de funções públicas, ou não interdição do exercício daqueles que se propõe desempenhar;

*j*) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

*k*) Cópia simples do bilhete de identidade, ou documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito.

IV — Os documentos a que aludem as alíneas *i*) e *j*) do n.º II podem ser dispensados desde que os candidatos declarem no requerimento, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, a situação em que se encontram relativamente a cada um desses requisitos.

V — Os candidatos pertencentes à Universidade da Madeira ficam dispensados da apresentação dos documentos constantes das alíneas *i*) e *j*) do n.º II, desde que já existam nos respetivos processos individuais, devendo tal facto ser expressamente declarado.

VI — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

*a*) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade ou documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito, termo da respetiva validade e serviço emissor, residência, código postal e telefone);

*b*) Habilitações académicas;

*c*) Categoria, grupo ou disciplina a que pertence, tempo de serviço como docente universitário e universidade a que pertence, se aplicável;

*d*) Especialidade adequada à área para a qual foi aberto o concurso, com indicação do tempo de serviço efetivo como docente universitário, se aplicável;

*e*) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais, todavia, serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados, e se este assim o entender;

*f*) Concurso e categoria a que se candidata, mencionando o *Diário da República* onde está publicado o presente Edital;

*g*) Data e assinatura.

A candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Reitor da Universidade da Madeira, podendo ser entregue pessoalmente na Unidade de Recursos Humanos, sita no Colégio dos Jesuítas, Rua dos Ferreiros, 9000-082, Funchal, ou remetido, pelo correio, sob registo, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas.

Toda a documentação referida é obrigatoriamente entregue em suporte digital — formato dvd, devidamente identificado, em formato portable format document, vulgo pdf.

VII — O Presidente do Júri comunicará aos candidatos a admissão ou não admissão ao concurso, a qual se baseará no preenchimento, por parte daqueles, das condições para tal estabelecidas.

VIII — Procedimentos previstos para o concurso — Os procedimentos previstos para o concurso são os indicados para o processo ordinário consignado no Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente da Universidade da Madeira, nomeadamente no que se refere:

*a*) À pronúncia dos interessados — o prazo para os interessados se pronunciarem é de dez dias úteis, contado:

*i*) Da data do recibo de entrega do e-mail;

*ii*) Da data do registo do ofício, respeitada a dilação de três dias do correio;

*iii*) Da data da notificação pessoal.

*b*) À realização de audições aos candidatos:

A existência de audições públicas aos candidatos deverá ficar ao critério do júri, de acordo com a alínea *b*) do n.º 4 do Artigo 50.º do ECDU.

IX — Calendário do Concurso — O calendário indicativo do concurso é o seguinte:

*a*) Período de receção de candidaturas

Prazo fixado pelo Edital: 30 dias úteis após a data da publicação da abertura de concurso.

*b*) Eventual solicitação de documentação complementar

Prazo indicativo: Máximo de 10 dias após o fim do período de receção de candidaturas.

*c*) Pré-seleção dos candidatos

Prazo indicativo: Máximo de 15 dias após o término do prazo de receção de candidaturas.

*d*) Publicitação da lista de candidatos admitidos

Prazo indicativo: Máximo de 15 dias após o termo do prazo de receção de candidaturas.

*e*) Anúncio do calendário e horário das audições públicas

Prazo indicativo: Se existirem, máximo de 3 dias após a publicitação da lista de candidatos admitidos.

*f*) Audições públicas

Prazo indicativo: As audições, se existirem, decorrem entre um mínimo de 5 dias seguidos após a data do anúncio público do calendário e horário das audições, e um máximo de 15 dias seguidos após publicitação da lista de admitidos.

*g*) Processo de seleção dos candidatos e proferimento da decisão final, e publicitação das atas e da lista ordenada de candidatos

Prazo indicativo: Máximo de 15 dias após o final do período de audições públicas, se existirem, ou após publicitação da lista de admitidos.

*h*) Envio da documentação relativa ao concurso ao Reitor

Prazo indicativo: Máximo de 10 dias após proferimento da decisão final.

*i*) Homologação do resultado do concurso e das respetivas atas pelo Reitor e comunicação de resultados

Prazo indicativo: Máximo de 10 dias após proferimento da decisão final.

X — Composição do Júri — O júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade da Madeira

Vogais:

Doutor António Mendes dos Santos Moderno, Professor Catedrático Aposentado da Universidade de Aveiro;

Doutor Paulo Maria Bastos Silva Dias, Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

Doutor Fernando Ribeiro Gonçalves, Professor Catedrático da Universidade do Algarve;

Doutora Jesus Maria Angélica Fernandes Sousa, Professora Catedrática da Universidade da Madeira.

Doutor João Filipe Lacerda Matos, Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;

Doutor José Augusto Brito Pacheco, Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

XI — Critérios de seleção e seriação dos candidatos

1 — Os critérios de seleção e seriação dos candidatos ponderam as capacidades para os seguintes aspetos da prestação de serviço dos docentes:

a) Atividade Pedagógica — 55 % da classificação final do candidato;

b) Atividade de Investigação — 35 % da classificação final do candidato;

c) Outras atividades relevantes para a missão da instituição de ensino superior — 10 % da classificação final do candidato.

2 — Em cada um destes critérios deverão ser considerados os seguintes parâmetros:

a) Atividade Pedagógica — A avaliação, nesta componente, terá em conta os seguintes critérios e parâmetros específicos:

i) Docência de unidades curriculares enquadradas em diferentes Ciclos de Estudos (50 %);

ii) Orientação de alunos de graduação designadamente de Mestrado e Doutoramento (20 %);

iii) Produção de Material Pedagógico (5 %);

iv) Empenho e envolvimento na montagem, organização e gestão de laboratórios de ensino (5 %);

v) Projeto mencionado na alínea g) do Ponto III do presente Edital (20 %).

b) Atividade de Investigação — A avaliação, nesta componente, terá em conta os seguintes critérios e parâmetros específicos:

i) Produção científica realizada e publicada, designadamente a partir do impacto e reconhecimento junto da comunidade (30 %);

ii) Reconhecimento nacional e internacional, designadamente na participação em redes nacionais e internacionais de investigação (10 %);

iii) Capacidade para propor e participar em equipas de projeto científicas (10 %);

iv) Empenho e envolvimento em unidades de investigação (10 %);

v) Relatório mencionado na alínea e) do Ponto III do presente Edital (10 %);

vi) Relatório mencionado na alínea f) do Ponto III do presente Edital (30 %).

c) Outras atividades relevantes para a missão da Instituição de Ensino Superior — A avaliação, nesta componente, terá em conta os seguintes critérios e parâmetros específicos:

i) Participação na gestão das respetivas instituições universitárias (60 %);

ii) Participação em outras tarefas distribuídas pelos órgãos de gestão competentes e que se incluam no âmbito da atividade de docente universitário (30 %);

iii) Participação em tarefas de extensão universitária, de divulgação científica e de valorização económica e social do conhecimento (10 %).

3 — Constituem critérios de desempate entre candidatos os seguintes critérios, por ordem de prioridade:

i) Classificação no critério Atividade Pedagógica;

ii) Classificação no critério Investigação;

iii) Classificação no critério Restantes Componentes.

XII — Ordenação final dos candidatos — Na seriação dos candidatos ao concurso cada membro do júri ordena a lista dos candidatos por ordem decrescente do mérito, sendo com base nessa lista ordenada de candidatos que cada membro do júri participa nas votações.

O júri vota inicialmente para o 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação final de todos os candidatos admitidos a concurso e previamente aprovados em mérito absoluto. Em cada votação, as decisões do júri são tomadas por maioria dos votos.

Concluída a aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração de uma lista unitária de ordenação final dos candidatos.

XIII — O concurso destina-se, de acordo com o estabelecido no artigo 38.º do ECDU, a averiguar: a capacidade e o desempenho dos candidatos nos diferentes aspetos que integram o conjunto de funções a desempenhar, relevantes para a missão da Universidade da Madeira, de acordo com o estabelecido no seu Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente, para o perfil Médio — 'M'.

E para constar se lavrou o presente edital que vai ser afixado nos lugares do costume.

23 de outubro de 2013. — O Reitor, *Prof. Doutor José Carmo*.

207348704

## UNIVERSIDADE DO MINHO

### Aviso n.º 13459/2013

**Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Universidade do Minho — Categoria de Técnico de 2.ª classe, da carreira do Técnico de Diagnóstico e Terapêutica.**

1 — Nos termos do disposto no artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na nova redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que, por despacho de 3 de julho de 2013 do Reitor da Universidade do Minho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na categoria de Técnico de 2.ª classe, da carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Universidade do Minho, na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, eventualmente renovável, ref.º CTTC—23/13—ECS(1).

2 — Considerando a dispensa temporária de obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), não foi efetuada a consulta prevista no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

3 — Local de trabalho: Escola de Ciências da Saúde, em Braga.

4 — Caracterização Sumária do Posto de Trabalho: O posto de trabalho caracteriza-se pelo exercício de funções técnicas especializadas na área de processamento de material cadavérico e de outras amostras humanas, em condições de alta segurança biológica (Nível BSL3), nomeadamente para execução de técnicas de histologia e de citologia associadas à microscopia confocal.

5 — Requisitos de Admissão: Podem candidatar-se ao presente procedimento indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, reúnam, para além de outros que a lei preveja, os requisitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, a saber:

a) Possuam nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) Tenham 18 anos de idade completos;

c) Não estejam inibidos do exercício de funções públicas ou não estejam interditos para o exercício das funções que se propõem desempenhar;

d) Possuam a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Tenham cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6 — Nível Habilitacional: Possuir Curso Superior de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.